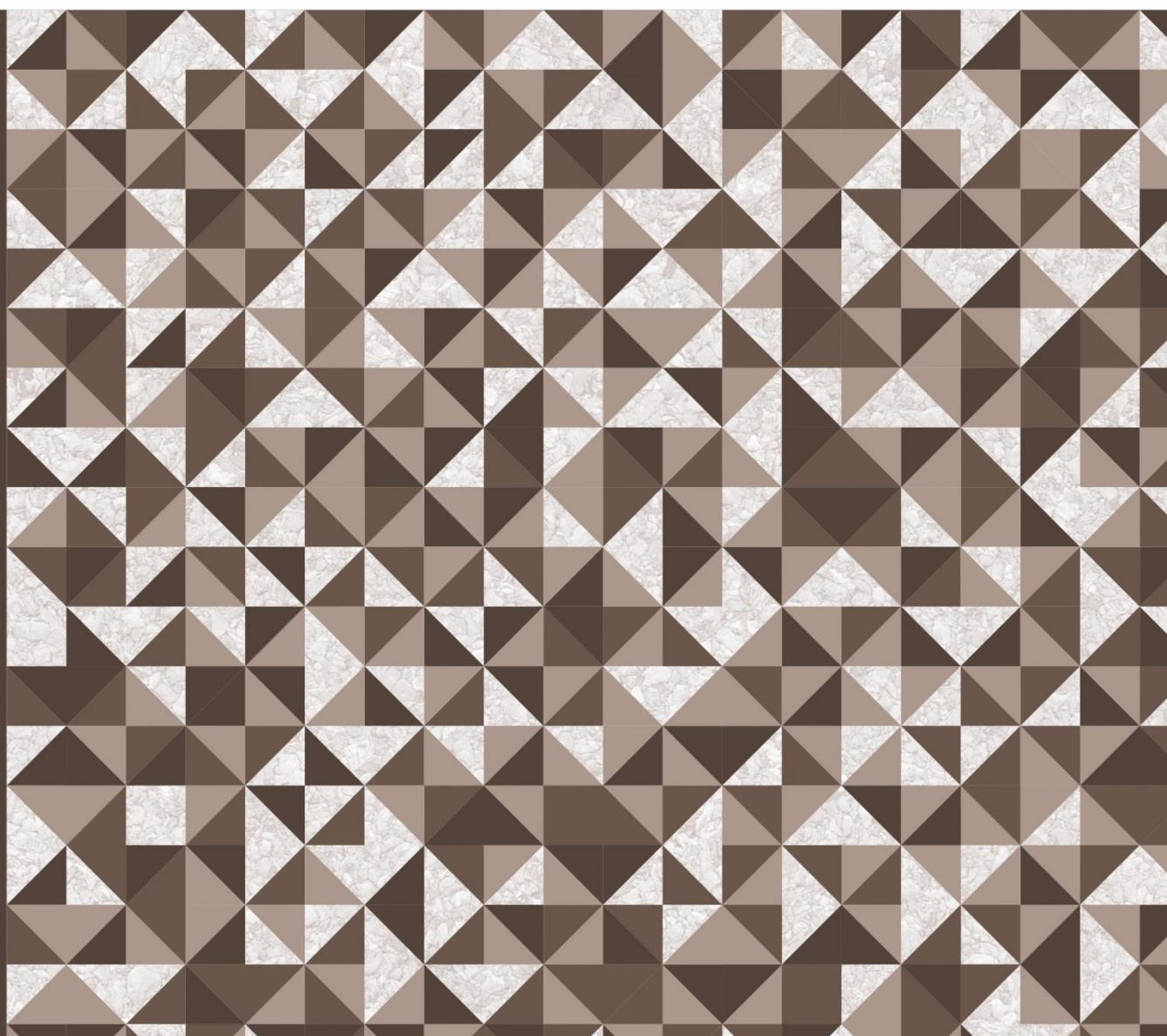


Sistema Bancário Português: desenvolvimentos recentes



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

1.º trimestre de 2017



Lisboa, 2017 • www.bportugal.pt

Redigido com informação disponível até 27 de junho de 2017.

Sistema Bancário Português: desenvolvimentos recentes • Banco de Portugal | Rua Castilho, 24 | 1250-069 Lisboa • www.bportugal.pt • Edição Departamento de Estabilidade Financeira • Design Direção de Comunicação | Unidade de Imagem e Design Gráfico • ISSN 2183-9646 (*online*)

Índice

1. Sistema bancário português – Avaliação global | 4
2. Indicadores macroeconómicos e financeiros | 5
3. Sistema bancário português | 7
 - 3.1. Balanço | 7
 - 3.2. Liquidez e financiamento | 8
 - 3.3. Qualidade dos ativos | 10
 - 3.4. Rendibilidade | 11
 - 3.5. Solvabilidade | 13

1. Sistema bancário português – Avaliação global

Balanço

O ativo total do sistema bancário permaneceu estável face ao último trimestre de 2016.

Os processos de recapitalização da CGD e do BCP contribuíram para alterações na estrutura do balanço, traduzindo-se num reforço do capital do sistema.

A desconsolidação de ativos/passivos no âmbito do processo de venda parcial da participação do BPI na operação angolana conduziu, também, a uma alteração da estrutura do balanço do sistema.

Liquidez e financiamento

O financiamento obtido junto do Eurosistema aumentou, contrariamente ao que vinha sucedendo nos últimos períodos.

O rácio de transformação e o *gap* comercial diminuíram ligeiramente em relação ao trimestre anterior, evidenciando uma tendência de relativa estabilização nos trimestres mais recentes.

Qualidade dos ativos

O rácio de empréstimos *non-performing* diminuiu no primeiro trimestre de 2017, o que se ficou a dever a uma redução do valor dos empréstimos *non-performing*. Esta evolução foi transversal a todos os segmentos analisados.

Rendibilidade

A rendibilidade do sistema bancário foi positiva no primeiro trimestre de 2017, após ter assumido um valor negativo no ano de 2016.

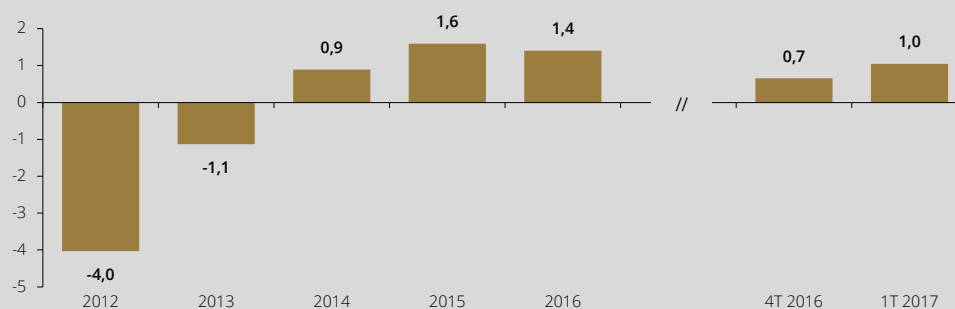
Face ao trimestre homólogo, verificou-se uma melhoria da rendibilidade suportada pelo crescimento da margem financeira e dos resultados de operações financeiras e uma diminuição do fluxo das imparidades.

Solvabilidade

Após uma redução temporária no último trimestre de 2016, relacionada em grande medida com o aumento extraordinário do nível de imparidades, os níveis de solvabilidade voltaram a cifrar-se em valores próximos dos registados no terceiro trimestre de 2016.

2. Indicadores macroeconómicos e financeiros

Gráfico 1 • Taxa de crescimento do PIB, em % | Volume

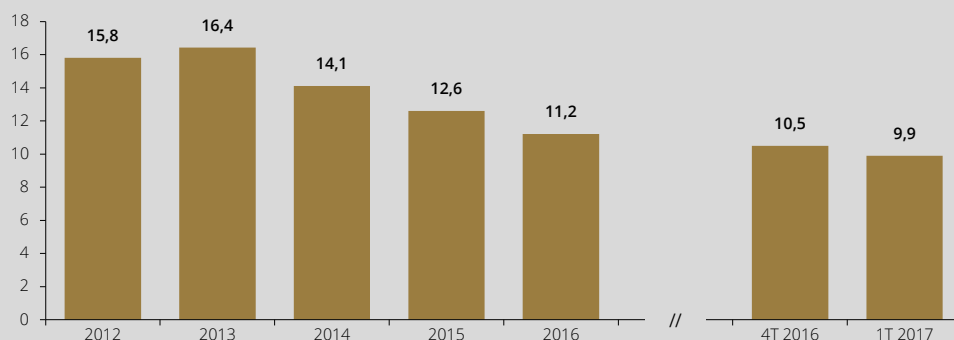


Fonte: INE.

Nota: Os valores trimestrais correspondem a taxas de variação em cadeia. As estatísticas das contas nacionais apresentadas incorporam já as regras emanadas pelo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na União Europeia (SEC 2010).

- Após um crescimento de 1,4% em 2016, o PIB cresceu 2,8% no primeiro trimestre de 2017 (em termos homólogos).
- No primeiro trimestre de 2017 o PIB registou uma taxa de variação em cadeia de 1,0%.

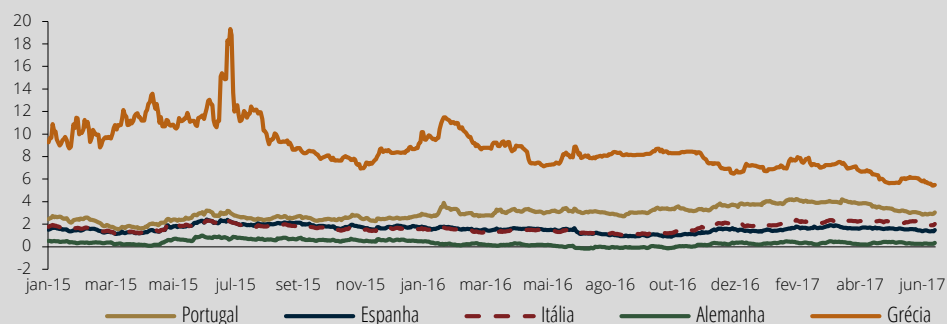
Gráfico 2 • Taxa de desemprego, em % da população ativa



Fontes: Banco de Portugal e INE.

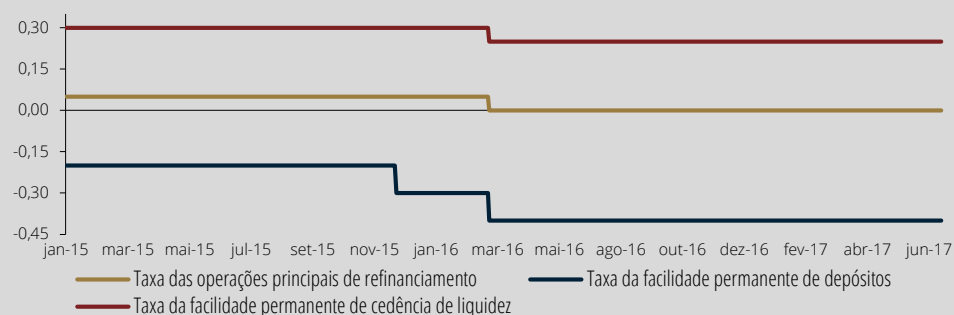
Nota: A taxa de desemprego corresponde à taxa de desemprego publicada pelo INE no mês central de cada trimestre, ajustada de sazonalidade.

- No primeiro trimestre de 2017 a taxa de desemprego diminuiu 0,6 p.p. face ao trimestre anterior para 9,9%.
- Em termos homólogos, a taxa de desemprego decresceu 2,3 p.p..

Gráfico 3 • Taxas de rendibilidade da dívida pública a 10 anos, em %

Fonte: Thomson Reuters.

- A taxa de rendibilidade implícita (*yield*) da dívida pública portuguesa a 10 anos aumentou aproximadamente 20 pontos base entre 30 de dezembro de 2016 e 31 de março de 2017, tendo o *spread* face à dívida pública alemã aumentado 9 pontos base. Porém, ao longo do segundo trimestre de 2017, verificou-se uma inversão desta dinâmica, tendo a *yield* da dívida pública portuguesa a 10 anos diminuído de forma expressiva (94 pontos base), assim como o *spread* face à dívida pública alemã (96 pontos base).

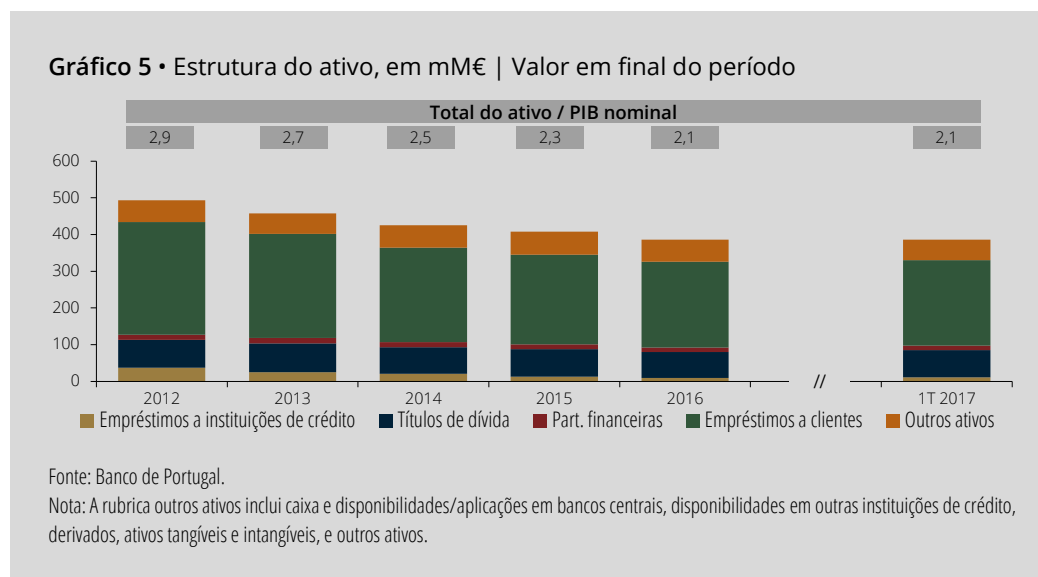
Gráfico 4 • Taxas de juro do BCE, em %

Fonte: BCE.

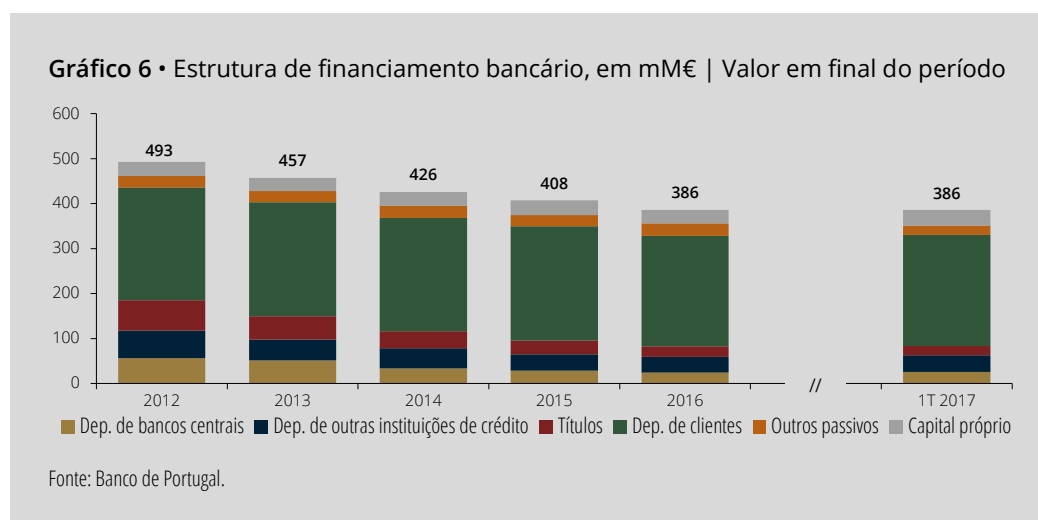
- As taxas de juro do BCE permanecem inalteradas desde março de 2016: a taxa de facilidade permanente de depósitos em -0,40%, a taxa das operações principais de refinanciamento em 0% e a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez em 0,25%.
- Os níveis das taxas de juro interbancárias de referência continuam a refletir o carácter acomodatório da política monetária, incluindo o programa de compra de ativos por parte do BCE.

3. Sistema bancário português

3.1. Balanço

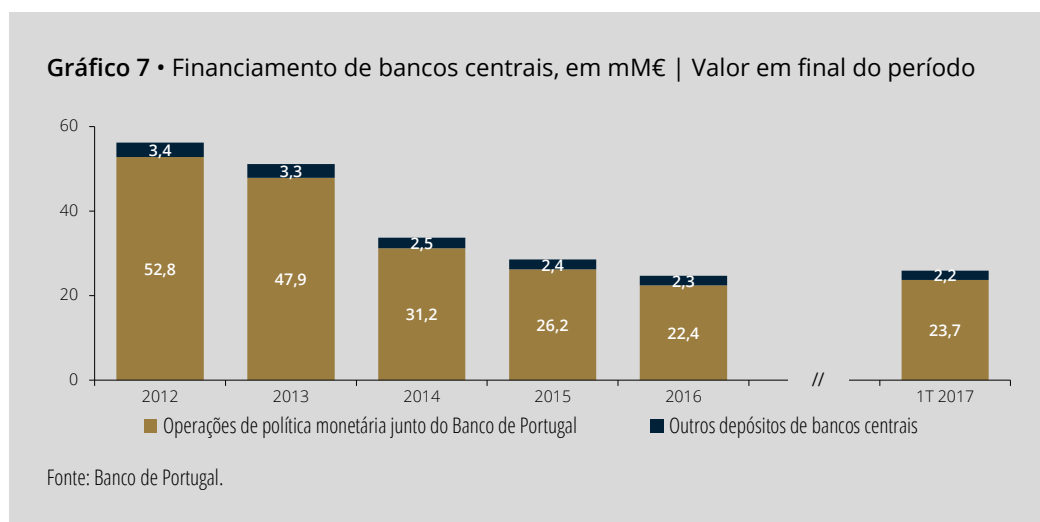


- No primeiro trimestre de 2017, o ativo total do sistema bancário permaneceu virtualmente inalterado face ao final de 2016, cifrando-se em 386 mM€.
- Os processos de recapitalização da CGD e do BCP conduziram a alterações na estrutura do balanço, reforçando o capital do sistema bancário. Adicionalmente, a desconsolidação dos ativos/passivos no âmbito do processo de venda parcial da participação do BPI na operação angolana teve, também, impacto na estrutura do balanço.
- O desreconhecimento de ativos resultante da desconsolidação supramencionada, e a diminuição dos empréstimos a clientes foram acompanhados por aumentos registados nas restantes rubricas, em especial, títulos de dívida e disponibilidades em bancos centrais.

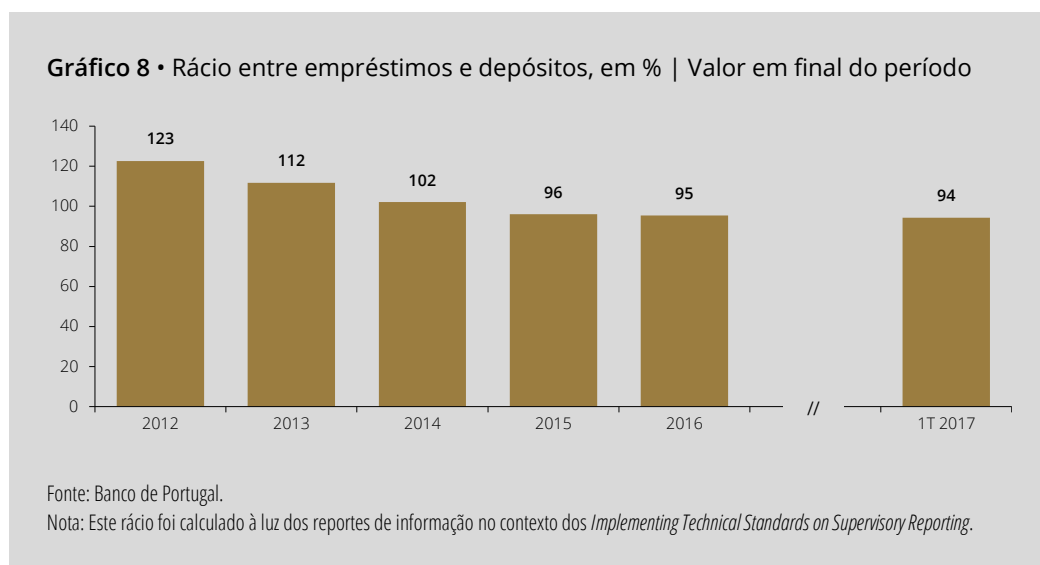


- No primeiro trimestre de 2017, observou-se um aumento do peso do capital próprio na estrutura de financiamento do ativo refletindo, principalmente, os já referidos processos de recapitalização.
- Assistiu-se a um crescimento dos depósitos de clientes no trimestre em análise, ao passo que as responsabilidades representadas por títulos continuaram a seguir uma trajetória decrescente.

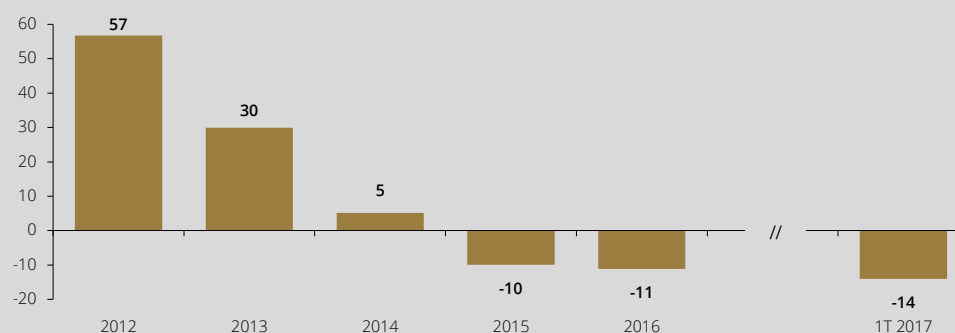
3.2. Liquidez e financiamento



- O recurso ao financiamento de bancos centrais aumentou no primeiro trimestre de 2017, passando a representar 6,7% do total do ativo do sistema bancário, o que configura um aumento de 0,3 p.p. do ativo face ao trimestre anterior.



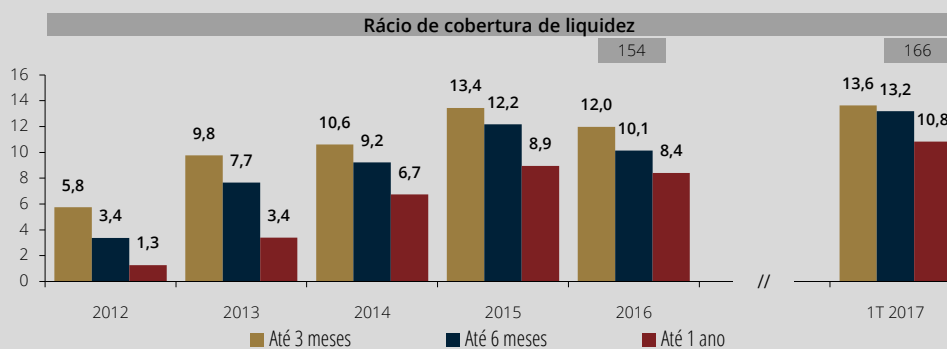
- O rácio de transformação cifrou-se em 94% no primeiro trimestre de 2017, diminuindo marginalmente face ao trimestre anterior. Esta evolução insere-se na tendência de estabilização observada nos trimestres mais recentes, após a queda significativa observada nos últimos anos.

Gráfico 9 • Gap comercial, em mM€ | Valor em final do período

Fonte: Banco de Portugal.

Nota: Este indicador foi calculado à luz dos reportes de informação no contexto das *Implementing Technical Standards on Supervisory Reporting*.

- O *gap* comercial (diferença entre empréstimos e depósitos) diminuiu no primeiro trimestre de 2017, continuando a exibir uma tendência decrescente.

Gráfico 10 • Gaps de liquidez das instituições domésticas^(a) e rácio de cobertura de liquidez (RCL)^(b), em % | Valor em final do período

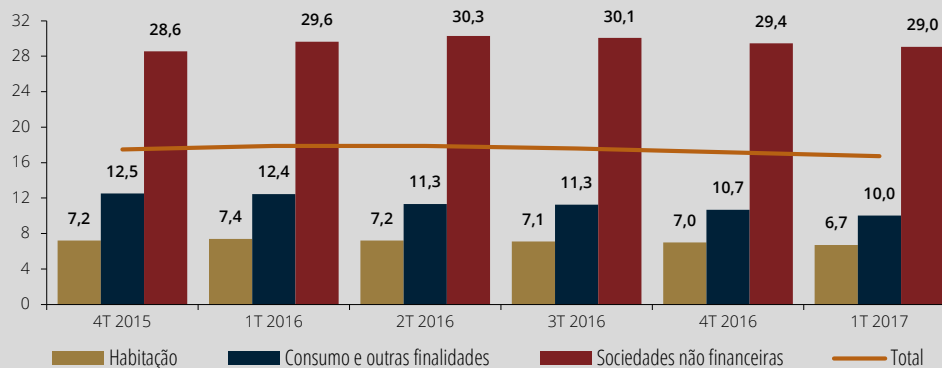
Fonte: Banco de Portugal.

Notas: a) O *gap* de liquidez define-se como a diferença entre ativos líquidos e passivos voláteis em proporção da diferença entre ativo total e ativos líquidos, em cada escala cumulativa de maturidade residual. Um aumento neste indicador traduz uma melhoria da posição de liquidez.

b) O rácio de cobertura de liquidez (*liquidity coverage ratio*) resulta da divisão entre ativos líquidos não onerados e de qualidade elevada, e o total de saídas líquidas de fundos durante um período de 30 dias após uma situação de *stress*.

- O rácio de cobertura de liquidez do sistema bancário português voltou a aumentar no primeiro trimestre de 2017, à semelhança do trimestre anterior, atingindo um valor muito superior ao requisito de 100% exigível a partir de janeiro de 2018.
- Os *gaps* de liquidez das instituições domésticas aumentaram no trimestre em análise, tendo atingido valores superiores aos observados nos últimos anos para todos os prazos de maturidade.

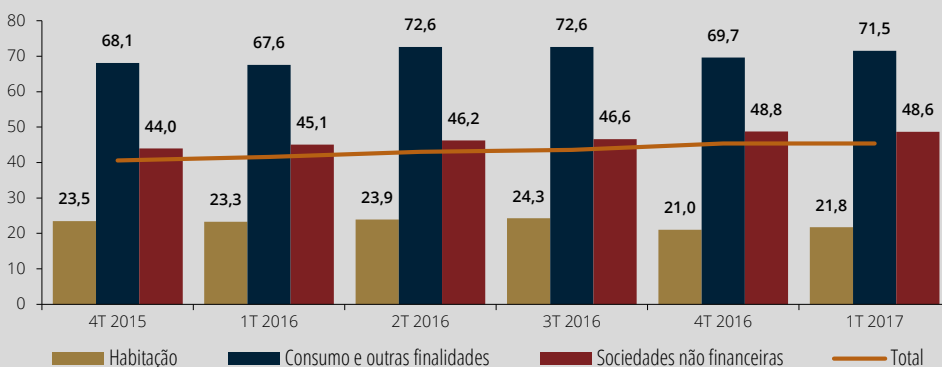
3.3. Qualidade dos ativos

Gráfico 11 • Rácio de empréstimos *non-performing*, em % | Valor em final do período

Fonte: Banco de Portugal.

Nota: O rácio de empréstimos *non-performing* corresponde ao montante de empréstimos *non-performing* em relação ao total de empréstimos, de acordo com os ITS da EBA.

- Num contexto de redução do valor dos empréstimos *non-performing* (cerca de 10% desde o final de junho de 2016), o rácio de empréstimos *non-performing* cifrou-se em 16,7% no primeiro trimestre de 2017, o que compara com 17,2% no trimestre anterior. A redução dos empréstimos *non-performing* (efeito numerador) mais do que compensou a diminuição do total de empréstimos (efeito denominador).
- A diminuição do rácio total de empréstimos *non-performing* traduz desenvolvimentos positivos em todos os segmentos analisados no primeiro trimestre de 2017. A diminuição de 0,4 p.p. verificada no rácio do segmento das Sociedades não financeiras, reflete uma redução de 2,9% dos empréstimos *non-performing*, tendo sido este o maior contributo para a diminuição do rácio total. Desde junho de 2016 o valor dos empréstimos *non-performing* das Sociedades não financeiras caiu 11,5%.

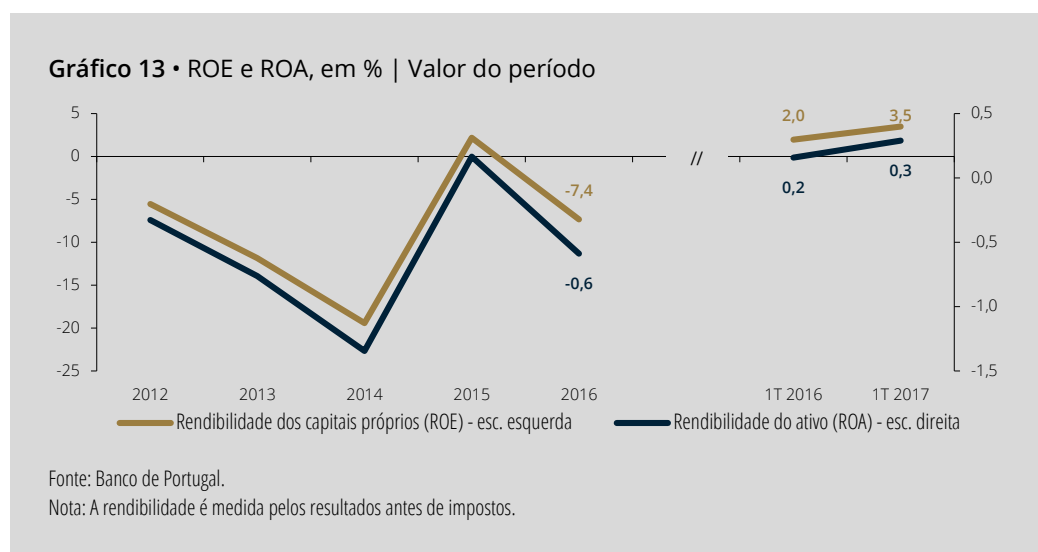
Gráfico 12 • Rácio de cobertura dos empréstimos *non-performing*, em % | Valor em final do período

Fonte: Banco de Portugal.

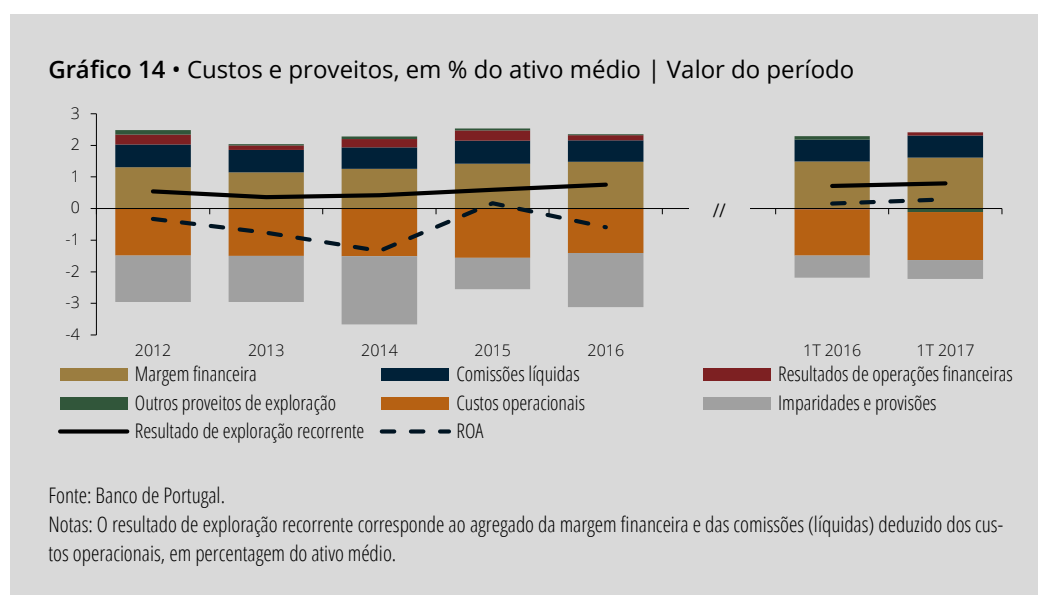
Nota: Por rácio de cobertura entende-se a percentagem de empréstimos *non-performing*, que se encontra coberto por imparidades.

- No primeiro trimestre de 2017, o rácio de cobertura de empréstimos *non-performing* por imparidades manteve-se estável em torno de 45%.
- Contudo, observaram-se alterações ligeiras entre os segmentos. Os rácios de cobertura nos segmentos da Habitação, e Consumo e outras finalidades aumentaram 0,8 p.p. e 1,8 p.p., respetivamente, enquanto o rácio do segmento das Sociedades não financeiras decresceu 0,2 p.p., cifrando-se em 48,6%.

3.4. Rendibilidade

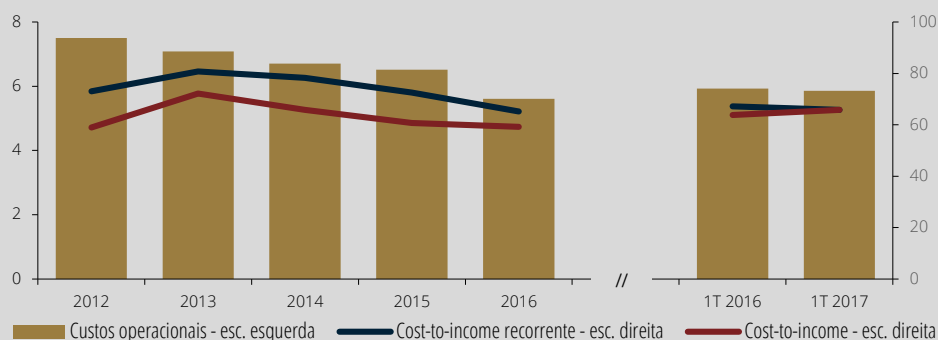


- Após uma queda expressiva da rendibilidade em 2016, na sequência, sobretudo, do aumento extraordinário das imparidades, a rendibilidade dos capitais próprios e do ativo voltou a assumir valores positivos no primeiro trimestre de 2017.
- Face ao trimestre homólogo, a rendibilidade dos capitais próprios aumentou 1,5 p.p. enquanto a rendibilidade do ativo cresceu 0,1 p.p..



- O aumento da margem financeira e dos resultados de operações financeiras, bem como a redução do fluxo de imparidades e provisões determinaram a melhoria da rentabilidade no primeiro trimestre de 2017, em termos homólogos.
- A margem financeira aumentou 2,8% face ao primeiro trimestre de 2016, refletindo uma diminuição mais acentuada dos encargos com juros do que dos juros recebidos (contribuições de +0,18 p.p. e -0,16 p.p., respetivamente).

Gráfico 15 • Custos operacionais e rácios *cost-to-income*, em mM€ e em % | Valor do período

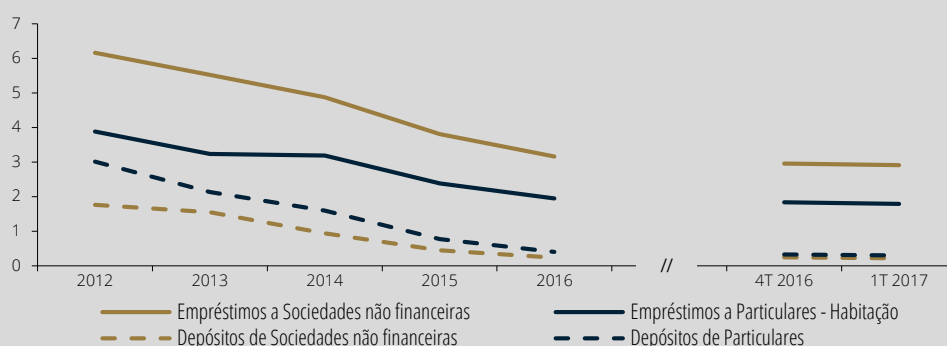


Fonte: Banco de Portugal.

Nota: O rácio *cost-to-income* recorrente corresponde aos custos operacionais em percentagem do agregado da margem financeira e das comissões (líquidas).

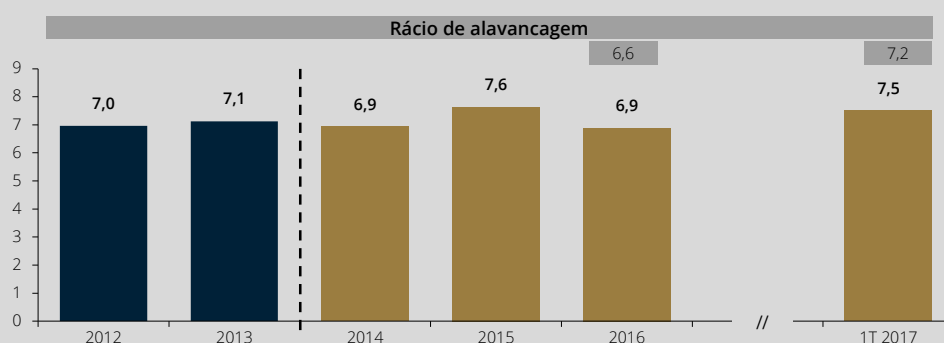
- O rácio *cost-to-income* cifrou-se em cerca de 66% no primeiro trimestre de 2017, tendo aumentado face ao período homólogo. Esta evolução reflete uma redução do produto bancário superior à verificada nos custos operacionais.
- O rácio *cost-to-income* recorrente situou-se, também, em 66% no primeiro trimestre de 2017, tendo, todavia, diminuído em termos homólogos. Esta diminuição ficou a dever-se à redução dos custos operacionais bem como ao aumento do agregado da margem financeira e das comissões (líquidas)

Gráfico 16 • Taxas de juro bancárias de novas operações, em % | Valor médio do período



Fonte: Banco de Portugal.

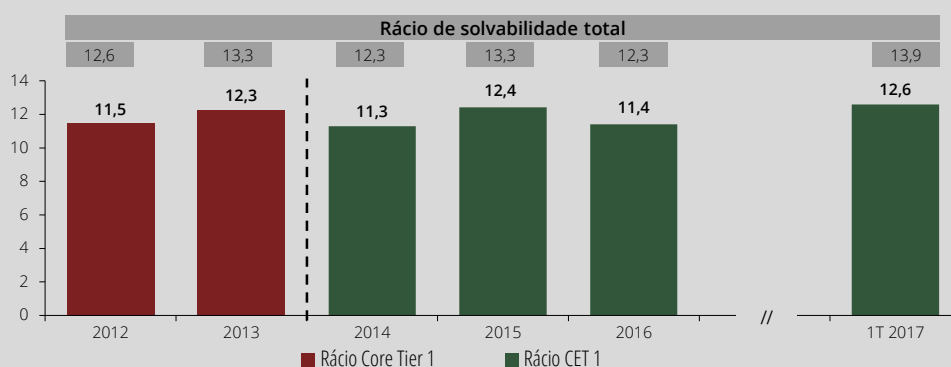
- No primeiro trimestre de 2017, as taxas de juro de novos empréstimos a Particulares – Habitação – e a Sociedades não financeiras diminuíram 5 pontos base.
- O custo dos novos depósitos diminuiu 3 pontos base tanto no segmento dos Particulares, como no segmento das Sociedades não financeiras.

3.5. Solvabilidade^(a)**Gráfico 17 • Rácio entre o capital Tier 1 e o ativo total e rácio de alavancagem, em % | Valor em final do período**

Fonte: Banco de Portugal.

Nota: O rácio entre o capital Tier 1 e o ativo total deve ser visto como uma *proxy* do rácio de alavancagem permitindo um enquadramento temporal mais longo. Por sua vez, o rácio de alavancagem é calculado através da divisão entre os fundos próprios e a exposição total do sistema bancário. A metodologia estabelecida para o cálculo das componentes deste rácio encontra-se definida no artigo 429º do Regulamento (UE) nº 575/2013.

- A redução observada nos rácios de adequação de capital no último trimestre de 2016 foi temporária e refletiu, sobretudo, os desenvolvimentos associados à CGD.
- Tanto o rácio entre o capital Tier 1 e o ativo como o rácio de alavancagem retomaram, no primeiro trimestre de 2017, níveis semelhantes aos observados no terceiro trimestre de 2016.

Gráfico 18 • Rácio de fundos próprios, em % | Valor em final do período

Fonte: Banco de Portugal.

- O rácio de solvabilidade total cifrou-se em 13,9% (valor mais elevado dos últimos anos), tendo aumentado 0,7 p.p. em relação ao terceiro trimestre de 2016.
- O rácio Common Equity Tier 1 (CET 1) aumentou 0,3 p.p. face ao terceiro trimestre de 2016, refletindo uma redução do capital CET 1 inferior à verificada nos ativos ponderados pelo risco.

(a) A transição para um novo regime prudencial em 2014 determinou quebras de estrutura dos indicadores de solvabilidade, justificadas por diferenças metodológicas no cálculo das componentes de fundos próprios, afetando a comparabilidade dos rácios relativamente a anos anteriores.

